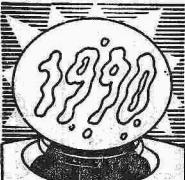


Os principais economistas brasileiros, dentro ou fora do governo, fizeram em geral previsões completamente erradas sobre a economia brasileira em 1990. Ninguém acreditava em recessão muito forte e nem em inflação muito alta depois da posse do novo governo. Com o anúncio do Plano Collor, em março, houve apoio quase unânime



às medidas, apoio que aumentou após o início do programa de liberalização de preços e do comércio exterior. Mas os resultados esperados não vieram e os economistas mudaram o tom e passaram a fazer críticas violentas à equipe econômica. Algumas das previsões desses economistas foram reunidas nesta página por Vanessa de Godoy

Economistas erraram nas previsões



■ Delfim Netto previu recessão e acertou, previu inflação e errou. Fez elogios rasgados à equipe econômica no começo e depois mudou completamente o tom

A previsão

Ex-ministro do Planejamento, hoje deputado federal pelo PDS, o economista Delfim Netto acertou: a economia brasileira embarcaria na recessão em 1990. Mas errou ao afirmar em fevereiro, com o tom sempre categórico que marca suas declarações, que dez meses seriam suficientes para que a sociedade voltasse a se beneficiar da expansão da atividade econômica. Embora tivesse questionado o congelamento das aplicações financeiras, Delfim sentenciou: "A inflação vai cair com o fantástico corte na demanda e com a redução do déficit público." Acreditando no sucesso do Plano Collor, Delfim elogiava a equipe econômica: "Precisamos de uma mulher para pôr ordem na casa..." (referência à ministra Zélia, em 25/02/90). Outro elogio: "O turco é um craque, sabe o que está fazendo" (referência ao presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, em 1/8/90).

O que aconteceu

A inflação voltou a subir no mês de julho e a sociedade, que segundo Delfim estaria agora comemorando junto com a chegada do Ano-Novo a volta do crescimento econômico, só lamenta o desemprego e a incerteza que dominam o início de 1991. Delfim, por sua vez, passou a profilar frases menos elogiosas à equipe econômica: "Esse pessoal (referência à equipe) ficou fingindo que era esquerda na Universidade e não teve tempo de estudar." Para Delfim, "a equipe econômica atrapalha e o Congresso ajuda na atrapalhão".



■ No inicio do ano, a então futura ministra Zélia Cardoso de Mello tranquilizava os aplicadores: "Meu próprio dinheiro está no over". Logo depois, bloqueou as aplicações

A previsão

Em novembro de 1989, a economista Zélia Cardoso de Mello, articuladora do programa econômico do governo Collor, destacava entre os objetivos do novo plano o crescimento econômico. Tranquilizava também os investidores, afirmando que o seu próprio dinheiro estava no over. Para os trabalhadores, outra mensagem otimista: "Os reajustes vão preservar o poder de compra dos salários." Ao tomar posse, a ministra prometeu que a economia voltaria a crescer no segundo semestre. "Nada me faz crer que estejamos entrando em um processo recessivo", garantia Zélia. Sobre a inflação, a ministra não hesitou: "Não existe nenhum motivo para que a inflação volte. Ela está morta e vencida", afirmou nos primeiros dias de maio.

O que aconteceu

A ministra não "matou" nem venceu a inflação. Os preços voltaram a subir, chegando a 18,56% em outubro, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O poder de compra dos salários também não foi garantido. Uma pesquisa realizada entre 180 empresas pela consultoria Coopers & Lybrand revelou aumentos médios de salários de 97,8%, para uma inflação de 349,9% entre março e setembro. Em outubro, o salário mínimo atingiu o mais baixo nível desde a sua criação, em 1940. Mas a ministra surpreendeu mesmo ao congelar as aplicações. Neste caso, não cometeu um erro de previsão. Foi a regente de um dos calotes mais bem orquestrados da história econômica do País.



■ O senador Roberto Campos acreditou nas promessas liberalizantes do novo governo e se decepcionou. Não lamentou o calote: "Mentiras patrióticas são admissíveis"

A previsão

Defensor incansável da economia de mercado, o senador Roberto Campos (PDS/MT) vibrou com as promessas de liberalização do governo Collor para 1990. "A discussão sobre inflação subordinada ao déficit público é enfadonha e a solução está na aplicação da economia de mercado", afirmou Campos, no início deste ano. Em suas previsões, o senador acreditava que o discurso liberalizante do novo presidente levaria a economia brasileira a finalmente avançar no caminho da privatização. As reservas de mercado seriam abolidas e o País certamente seria reintegrado à comunidade financeira internacional.

O que aconteceu

A linguagem modernizante foi o ponto forte do marketing do governo Collor. Muito foi falado, pouco foi realizado. Anunciada com alarde, a privatização das empresas estatais mal saiu do plano da intenção. A reintegração do País à comunidade financeira esbarrou nas dificuldades de negociação da dívida externa. Oito meses depois do início do Plano Collor, Roberto Campos já lamentava a falta de privatização, de desregulamentação e de liberalização do comércio exterior. Como milhões de brasileiros, ele acreditou na promessa da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de que não haveria congelamento das aplicações. Mas não reclamou do calote: "As mentiras patrióticas são admissíveis na vida pública", comentou o senador.



■ O professor da Unicamp Antônio Kandir pregava há um ano a prefixação de preços num "acordo nacional". O secretário de Política Econômica ainda persegue esses objetivos

A previsão

Na conclusão de um artigo publicado em dezembro de 1989, o economista e professor da Unicamp, Antonio Kandir, ressaltava que só seria possível conviver com a inflação alta — enquanto a estabilização da economia estivesse em andamento — com base na prefixação de preços e salários. A prefixação, por sua vez, só teria sucesso apoiada em um "grande acordo nacional". Sem isso, a história se encarregará de escolher por qual caminho chegaremos à hiperinflação", arrematou Kandir. Já como secretário especial de Política Econômica, Kandir afirmou que a privatização era parte importantíssima do plano de estabilização. Disse ainda que não haveria redução do salário real: "Para haver redução de salários o País precisaria entrar em processo de depressão, coisa que acho não vai acontecer." Animado com os resultados iniciais do choque econômico, Kandir alertava: "Ou se resolve a inflação em seis ou sete meses ou o plano deixa de existir."

O que aconteceu

O governo não resolveu o problema da inflação em "seis ou sete meses", mas nem por isso o plano "deixou de existir". A ideia da prefixação, adotada no início do plano econômico, foi abandonada. E o próprio governo ajudou a bombardear as reuniões do chamado entendimento nacional. O País não chegou à depressão, mas mesmo assim houve perdas salariais. Se a privatização era "parte importantíssima do plano de estabilização", resta saber quando será iniciada.



■ O ex-ministro Mário Simonsen previu recessão branda e acreditou na privatização. Entusiasmou-se com Fernando Collor: "Ninguém se torna presidente aos 40 anos por nada"

A previsão

"A recessão que poderá ocorrer no governo Collor em função do combate à inflação não será profunda", afirmou com convicção, no início deste ano, o economista Mário Henrique Simonsen, ex-ministro do Planejamento. Convidado no final de 1989 pelo então presidente eleito Fernando Collor para expor suas idéias, Simonsen entusiasmou-se com os planos do novo governo: "Collor é um homem inteligente, ninguém se torna presidente aos 40 anos por nada." Uma de suas previsões para 1990: "A privatização deverá ter efeito rápido, uma vez que colocará forçosamente os certificados de privatização nos bancos, companhias de seguros e investidores institucionais." Simonsen também apostava nos leilões de cruzados programados pela equipe econômica como válvula de escape para a recessão. "Existe uma clara disposição do governo de fazer leilões de cruzados", previa o ex-ministro.

O que aconteceu

A privatização não teve o "efeito rápido" que Simonsen esperava. Na verdade, nem chegou a ser implantada. Quanto aos prometidos leilões de cruzados, cairam no esquecimento. Não foram, portanto, uma forma de amenizar a recessão, que a partir de setembro começou a se aprofundar. Só em São Paulo o desemprego deve atingir cerca de 200 mil trabalhadores este ano, o número mais elevado desde 1981, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.



■ Ao assumir o BNDES, em março, Eduardo Modiano previu inflação de 20% até o fim do ano e crescimento de 2% a 3% no Produto Interno Bruto. Errou de longe as duas previsões

A previsão

Um dos autores do plano de estabilização do governo, o economista Eduardo Modiano — que assumiu a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em março — fez várias previsões para o desempenho da economia em 1990: a inflação pós-Plano Collor não passaria de 20% até o final do ano; o PIB se expandiria entre 2% e 3%; o governo puniria as empresas que realizassem demissões em ampla escala, dificultando, por exemplo, a sua participação nos leilões de cruzados; e o governo, com os instrumentos de que dispunha, atenuaria qualquer impacto recessivo do programa. Em abril, Modiano já fazia previsões para 1991: "A economia vai crescer 6% e até setembro os cruzados novos já terão sido convertidos na sua totalidade em cruzeiros.

O que aconteceu

Nenhuma das previsões do economista Eduardo Modiano, que também é professor da Faculdade de Economia da PUC-Rio, se confirmou. A inflação pós-Plano Collor chegou a 157% entre maio e dezembro. O PIB, ao invés de crescer, encolheu 3,7%, segundo dados do Ipea. Modiano errou de novo ao anunciar a punição a empresas que demitiram: muitas demitiram muitos funcionários e nada aconteceu. Errou outra vez ao prever a devolução integral, em setembro de 1991, dos cruzados retidos — nesse mês o governo promete só começar a devolução. Quanto à previsão de crescimento de 6% em 1991, não falta quem pague para ver.